



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA (34ª) SESSÃO **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Trigésima Quarta (34ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 15 de outubro de 2015. À 01h12, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, o Presidente convidou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", não havendo proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no "Expediente", anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. "Hoje, às 17 horas, nesta Casa, participamos de reunião com membros da Vigilância Epidemiológica, para palestra sobre a dengue. Éramos cinco vereadores, juntamente com a equipe técnica da Secretaria de Saúde. Eu quero dizer, daquilo que foi explanado, sobre toda a estrutura montada à espera da dengue. Senhores. O prefeito não está garantindo ao cidadão sequer consultas. Revoltou-nos a todos, o esforço que está sendo feito. São salas de audiências e outras disposições. Convidaram-nos para participar de uma proposta digna para enfrentar a dengue. Nós já temos, na zona leste, casos apontados de dengue e ficamos estarecidos com o número de casos, ocorridos em 2014, e também com o número de casos, que é esperado, para o verão de 2015. Um esforço enorme, Senhor Presidente. Só que o prefeito, ouça-me população, não está garantindo o mínimo, ou seja, profissionais. Ele está reduzindo em 50% o número de consultas, que o profissional do Consórcio Intermunicipal poderia fazer, caso estivesse tudo quitado. São quinze consultas e o prefeito está reduzindo a sete. O que vamos fazer senhores? No mês de dezembro, por dez dias, os postinhos fechados. Ninguém pode ficar doente! Ninguém pode ter dengue! E o aluguel, de vinte e três mil reais/mês, para o Palácio do Cristal, quase trezentos mil reais/ano. Mas o prefeito não tem dinheiro para pagar os profissionais! Fora o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outro imóvel, que ele pretende, na Rua Paissandu. Não houve planejamento. Desde o início do mandato, há uma consultoria, um acessório ao Secretário de Saúde. Gastou-se lá, se não houve impedimento da Justiça, do Promotor, que só deixou a consultoria durar um ano, muito dinheiro. Com este dinheiro, poderíamos pagar os profissionais da saúde, que estão trabalhando há quatro meses, sem receber. Não temos remédio, nem transporte. Como vamos enfrentar a dengue? Conforme nossa receita, a saúde era para estar muito melhor. A cidade não cresceu. A arrecadação aumentou 276%, em dez anos, de 2004 a 2014. Mesmo com uma inflação de 70%, a arrecadação cresceu 276%. Onde está o dinheiro, prefeito? Mogi Mirim é 35% per capita maior que Mogi Guaçu. Isto significa, que poderíamos dar uma saúde melhor para o nosso paciente, muito melhor. Onde está o dinheiro? Estão utilizando os carros, já destinados a leilão! Foi dito aqui, pelo Secretário de Saúde. É muito triste imaginar, que a cidade irá ao caos, se a dengue chegar, como foi, em 2014”, explicou. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Primeiramente, gostaria de fechar o assunto sobre a educação e a extinção das aulas de informática, porque não ficou esclarecido. Da forma como foi colocado, parece que Maria Helena e eu estávamos mentindo a respeito. Não. Quando trazemos um assunto à tribuna, é porque já estudamos, já fomos conversar com os profissionais. E foi isto o que fizemos. A oposição esteve presente nas escolas. O Vereador Luís Roberto e eu, enquanto Comissão de Educação, debatemos muito, para trazer o assunto à pauta. E aproveito o momento para convidar o Vereador Marcos Bento de Godoy para participar das reuniões da comissão, da qual também faz parte, como vice-presidente. Os debates são saudáveis, para trazer discussões à tribuna. Que fique claro, que as aulas de informática serão extintas sim. O cargo de professor de informática não. Permanecerá, na nomenclatura, professor, mas sua atribuição será a de monitor, porque vão assessorar as demais professoras, em sala de aula. Uma aula de geografia, com uma lousa digital e computadores, continua sendo uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aula de geografia, com tecnologia! Não é aula de informática! Enquanto educadores, não haverá aula de informática. Vamos deixar claro, que nossos alunos não terão aulas de sistemas operacionais, não terão, no currículo, a aula de informática. Era este o diferencial do nosso município, que nós não teremos mais! Não mentimos, portanto. Não aceito a declaração da Secretária de Educação, que disse que está extinguindo, mas que colocará o ensino de uma maneira, ou de outra, através das disciplinas. Se a intenção é a de que todas as disciplinas utilizem a tecnologia, pois não há como fugir disso, façamos mais laboratórios de informática, para que os professores das outras disciplinas possam utilizar deste meio. Orçamento, a Secretaria de Educação tem. Se a questão é utilizar a lousa digital e um computador, dá para a professora de história utilizar, dá para a professora de geografia utilizar. Portanto, não é necessário extinguir para inserção tecnológica. Isto não existe! E as aulas de informática estão extintas sim. Com relação ao plano diretor, continuo com o meu posicionamento. A aprovação do plano foi um crime contra o município. Os vereadores, que disseram aqui, que se preocupam com o Residencial Floresta, digo que teremos outros potenciais Florestas, diante deste plano diretor. Estão lá, no mapa, os vazios urbanos, sem planejamento algum. Disseram, que somos contra a expansão do município. Eu não sou contra! Disseram de muita gente, com cascalho na mão, que é contra o desenvolvimento do município. Eu não tenho cascalho na mão e sou a favor do desenvolvimento do município, porém um desenvolvimento planejado e não desordenado. Crescimento desordenado não coloca creche no bairro, nem escola, nem acompanhamento de assistentes sociais. É isto o que vai acontecer com este plano diretor aprovado. Este é o meu recado. Reforço o convite ao Vereador Marcos, para que participe das reuniões da Comissão de Educação, mesmo porque, ele é pedetista e o seu partido leva a bandeira da educação. Se não puder comparecer, que mande a assessora. Também fez uso da palavra, no Expediente, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Eu iniciei o assunto saúde,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque fiquei preocupada, haja vista eu ter passado por uma situação difícil, com a possibilidade de risco de vida de um filho, foi uma luta grande. Quando meu filho saiu do Hospital Celso Pinheiro, disseram-me para não me preocupar, porque o meu município possuía o Atendimento Domiciliar Terapêutico – ADOTE, que daria todo o respaldo ao meu filho, com enfermeiras, fonoaudiólogas, nutricionistas e outros. Falei-lhes que estava bem e aqui, eu requeri o adote. Cada dia é um profissional. Recebi um único dia, até hoje, não nos visitaram mais. Se eu dependesse desta orientação, estaria em situação difícil. Mas meu marido é médico. Todavia, a população necessita dos serviços, alguém que sofre um acidente, por exemplo. Meu filho está de pé e falando, mas graças ao nosso trabalho, e eu fico muito preocupada com a população. Ele teria um retorno, amanhã, em Campinas, mas acabei de cancelar a ambulância, porque sabemos que está com o pneu careca. Eu vou levá-lo, estará mais seguro comigo. Vou assumir o risco. Não sei por que o prefeito falou que educação e saúde não receberiam cortes? Não é isso o que estamos vendo. Não me venham falar, que é questão da crise, que está no país inteiro, porque eu lembro, que no início do ano, a administração iniciou com um débito de seis milhões de dívidas aos fornecedores, do exercício de 2014. Se fizerem isso, no ano vindouro, terão que se justificar com a Justiça e não será um vereador a denunciar, pois será o próprio Tribunal de Contas, haja vista que uma administração não pode repassar dívidas para outra. Já falei aqui, que, se o SAAE tivesse recebido dinheiro, não estaria na situação que está, atualmente. No dia a dia, vemos atitudes contrárias ao que fala o prefeito. Vimos o trabalho maravilhoso e a grande vontade dos funcionários da Vigilância Sanitária, na reunião aqui, quando só estávamos nós, os oito vereadores da oposição. Mas, e daí? E daí o trabalho maravilhoso? Os carros foram cortados, vários materiais foram cortados, inclusive, no Velório Municipal, na Assistência Social, na Educação. Tudo sendo cortado! Tudo está ruim”, narrou. Como os próximos inscritos, Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy, Daniel



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gasparini dos Santos, Osvaldo Aparecido Quaglio e Leonardo David Zaniboni, inscritos, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Estive visitando o evento Faculdade Portas Abertas, na Faculdade Santa Lúcia. Muito bonito, com jovens desenvolvendo vários trabalhos, sobre planejamento econômico, muito bacana. A Faculdade Santa Lúcia está de parabéns. Também visitei a Expoete, da ETEC Pedro Ferreira Alves, outro trabalho muito bonito, muito bem organizado. Para finalizar, faço convite para a inauguração de cinco apartamentos no Lar São Francisco, os quais foram construídos mediante a doação de quinhentos mil reais, pelo Banco Itaú, em 2013. Transmito este convite a todos”, destacou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Acredito que a sessão que fizemos, nesta noite, tenha sido uma das mais horrorosas da Câmara de Mogi Mirim. Perdoem minhas palavras, mas é pura franqueza. Eu vi assessor de vereador votando, em ato sarcástico. Vereador votando contra sua própria emenda, com ar de deboche. Estamos aqui, às 02 horas, na madrugada, trabalhando. Vereadores vêm à tribuna, falam de benfeitorias para o município, mas, na hora de muitas emendas boas, votaram contrários. Antes de iniciar as votações, tivemos o desgaste entre dois vereadores. Começou mal esta sessão e eu me sinto envergonhado, por ter participado da sessão, nesta noite. Amanhã, eu farei uma representação contra o assessor, que levantou o braço, simulando atitude de voto, porque achei inadmissível o ato sarcástico. Que dispute a campanha política, ao invés de tirar sarro de quem está trabalhando. Trata-se do Felipe Vedovato, assessor do PT. Ele ergueu o braço e farei uma representação, porque não estou de brincadeira. Inadmissível a falta de respeito, para com o Poder Legislativo. Encaminharei a representação. Foi a pior sessão da qual participei”, discursou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Jorge Setoguchi, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo. “Vereadora Dona Luzia, a senhora relatou o acontecido com o seu filho. Nós sentimos e colocamos os pés



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

no chão, quando temos problemas de saúde na família. Sempre serei agradecido a todos vocês, pela solidariedade que recebi, quando minha mãe voltou para Deus, também pela amizade e consideração. Dona Luzia, independentemente, de partido político, durante o período de convalescença de seu filho, todos os vereadores, sem exceção, cada um, na sua crença, mandaram muita força para a senhora e seu filho. A mãe é o anjo da guarda, que Deus mandou para a terra. Não existe outro ser como a mãe. Ficamos felizes pela recuperação dele, soubemos dos transtornos que a senhora passou, mas lembremos sempre do poder da oração! Todos oramos pela saúde dele, bem como para a irmã da Vereadora Maria Helena, que passa momento difícil também. Não somos mais do que ninguém. Estamos de passagem, vamos tentar fazer o melhor e tenho certeza, que somos responsáveis naquilo que fazemos, independentemente, da profissão que exercemos. Este é o meu lembrete. Faz nove meses, que minha mãe faleceu, e parece que foi ontem. Só tenho que agradecer a Deus os momentos bons e as lembranças boas. Isto serve para que eu sempre mantenha meus pés no chão. Não sou mais do que ninguém. Por isso, prefiro ser chamado de professor, do que de vereador. O vereador, um dia, passará, mas o professor não. Deus abençoe a todos”, salientou. Os próximos oradores, Vereadores Benedito Jose do Couto, Laércio Rocha Pires e Luís Roberto Tavares, desistiram do uso da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão à 01h42, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:**

1. Projeto de Lei nº 94, de 2015, de autoria do Vereador Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto Tavares e outro, “alterando a redação da Lei Municipal nº 3.662, de 31 de maio de 2002, que proíbe a industrialização, a comercialização, o armazenamento, o transporte, a distribuição e a utilização do produto denominado cerol, no âmbito do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”; (posto a votos, sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Câmara aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 94/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 99, de 2015, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre a retirada de veículos abandonados, nas vias públicas do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (submetido a votos, sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Câmara aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 99/2015, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08 (OITO) DE 2015, “de Sessão Extraordinária”**, da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 34ª Sessão Ordinária, em curso, destinada, na “Ordem do Dia”, à discussão e votação da seguinte matéria: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre o Plano Diretor do Município de Mogi Mirim”; 2. Projeto de Lei nº 56, de 2015, de autoria do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, “dispondo sobre a proibição do uso de som portáteis, ou instalados em veículos automotores, estacionados nas vias e logradouros públicos, nos horários e nas condições que estabelece, e dando outras providências”, ficando, pois, todos os vereadores *notificados e convocados*, nos termos regimentais. Cumprida dita providência, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICACÃO PESSOAL”**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

276/2010 (Regimento Interno vigente). Como as primeiras inscritas, Vereadoras Maria Helena Scudeler de Barros e Dayane Amaro Costa, desistissem da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Quero explicar, que o plano diretor foi um estudo, que fizemos, vários vereadores, todos nós assinamos. Nós procuramos a orientação de várias pessoas da comunidade, que acompanharam e acompanham a história da cidade. Para a maioria das minhas emendas, eu levei em consideração a LOM, e expus na minha justificativa. Infelizmente, eu não concordo com o plano. Custará muito caro para o município levar estradas, iluminação e outras coisas, para todos os lugares, que antes, eram zona rural, e passarão a ser urbana, a partir de agora. Acho impossível, principalmente, neste período, que não vai se resolver tão cedo. Apesar das emendas serem minhas e eu estar baseada nas leis federal e estadual, eu não poderia, no final, votar neste plano diretor, no qual não acredito, porque não tem referência de fundamentar o trabalho na nossa comunidade. Indústrias estão diminuindo produção, estão demitindo. Dizem, que indústrias vão chegar, mas não vemos nada de concreto. Quando eu começar a ver, pode ser que comece a acreditar, mas ainda não vejo, não há como acreditar. É triste, tenho família, em Mogi Mirim. Moro, há mais de trinta anos, nesta cidade, trabalhando para o desenvolvimento da cidade, tanto eu, quanto meu marido. Não concordo com o plano, por isso, fiz questão de votar contra, mesmo para as minhas emendas. Não vejo como o pobre, ou a classe média, poderão comprar um terreno barato, no fim do mundo, e como fará para trabalhar? Ou ir à escola? No Parque das Laranjeiras temos crianças e mães, que, à noite, têm que passar por ruas escuras, sem iluminação, e vão pelas ruas, pois não se têm calçadas. Não adianta colocar coisas, onde vai ser mais barato, sem a estrutura apropriada. Temos que ser coerentes. Temos que ser responsáveis. Foram quatro meses estudando e avaliando. Eu estou com a minha consciência tranquila. Quem quisesse discutir comigo, o tempo todo estive aqui. Esta é a minha colocação ao Vereador Waldemar. Sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outro assunto, eu pedi uma informação a respeito do laudo do Corpo de Bombeiro sobre a nova Câmara, porque acompanhamos pelos jornais e vimos os botijões de gás e o Corpo de Bombeiros se colocando contra, pelo risco de vazamento de gás. Da mesma maneira, que se falou, que tínhamos que sair daqui, por questão de segurança, é importante lermos o parecer do Corpo de Bombeiros de Mogi Guaçu, relativo à segurança da nova Câmara”, discursou. Como os próximos inscritos, Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy, Daniel Gasparini dos Santos, Osvaldo Aparecido Quaglio e Leonardo David Zaniboni, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Vereador Waldemar Marcurio. Eu conversei com o meu assessor Felipe e, em momento algum, ele fez qualquer gesto relativo à votação, como o vereador mencionou. Eu confio no meu assessor, plenamente. Não estamos aqui, para brincadeiras. Tudo tem limite, principalmente, no andar das horas. Estamos trabalhando, com seriedade, e você levanta um falso testemunho. Não gosto disso, tudo tem limite. Evito atrito, mas algumas coisas têm limite”, justificou-se. Para responder ao vereador petista, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Vereador Luiz. O senhor estava de costas, o senhor não viu. Se confia nele, é questão sua. O senhor colocou em cheque minha palavra e a do presidente, que também viu”, declarou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, concordou, dizendo que havia visto a cena e que o assessor havia levantado a mão, num gesto que imitava a votação. O Vereador Waldemar, prosseguiu, dizendo que não entendia como correta a atitude do assessor e, para concluir, disse que também não estava para brincadeiras. Os últimos inscritos, Vereadores Jorge Setoguchi, Cinoê Duzo, Benedito José do Couto, Laércio Rocha Pires e Luís Roberto Tavares, desistiram do uso da palavra. Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 01h56, do que, para constar, determinou a lavratura



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM